



BIOÉTICA: AÇÃO RESPONSÁVEL COM O FUTURO

Maria Alice Dittert Toninato¹

Luiz Alexandre Solano Rossi²

RESUMO: A aceleração do progresso científico e técnico, além do aumento do pluralismo na sociedade contemporânea, tem levado todos e cada um a colocar questões novas com relação aos avanços da ciência. Como toda ciência, a ética e a bioética exigem liberdade (responsabilidade) e necessidade de opção. Cabe, pois, identificar, equacionar e hierarquizar os princípios em conflito, preservando a dignidade do ser humano. Desta forma é necessária a capacitação para que todos ajam com o máximo de competência, com base ética e no compromisso com a construção de seres humanos éticos, críticos, autônomos e comprometidos em salvar vidas. A ética deve abraçar a responsabilidade com o futuro, a permanência da identidade e da dignidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: vida; futuro; responsabilidade.

BIOETHICS: RESPONSIBLE ACTION TO THE FUTURE

ABSTRACT: The acceleration of the scientific and technical progress, allied to the increase of modern society pluralism has raised a debate regarding the advance of science, in both individual and community levels. As every science, ethics and bioethics demand freedom (responsibility) and choice. Considering that, it is important to identify, analyze and prioritize the principles in conflict, preserving the human being dignity. Thus, professional capacitation is necessary in order to have actions based on maximum ability, ethics and commitment to the formation of human beings that are ethical, critical, autonomous and committed to save lives. Ethics must embrace the responsibility with the future and the preservation of human identity and dignity.

KEYWORDS: life, future, responsibility

INTRODUÇÃO

Nós somos seres morais e as comunidades humanas sempre criaram sistemas de valores e normas morais para possibilitar a convivência social, porque somos seres não determinados pela natureza ou pelo destino. É no processo de conquista da liberdade do nosso ser que descobrimos a diferença entre o que somos e o que devemos ser e a vontade de construir um futuro diferente e melhor do que o presente. Para esta construção não basta boa intenção, mas é preciso um controle sobre

os efeitos não intencionais das nossas ações e o conhecimento de que o questionamento moral pressupõe um conflito entre interesse imediato e de longo prazo e entre o interesse privado e o público.

A bioética assumiu, queira-se ou não, o caráter de salvaguarda da humanidade e constitui em importante mecanismo de suporte para a evolução do ser humano, beneficiando-o com fatos científico-tecnológicos e também defendendo a preservação de valores.

Com esta pesquisa procurei desenvolver reflexões éticas e

¹ Acadêmica do Curso de Teologia do Centro Universitário de Maringá (CESUMAR)

² Professor Doutor do Centro Universitário de Maringá (CESUMAR), orientador





bioéticas para a construção do conhecimento, bem como da capacidade de análise crítica, de maneira a ajudar na construção de alternativas baseadas em princípios éticos cristãos e estimular uma futura prática na busca de novas formas de ação social com base nos princípios éticos. As questões bioéticas possuem implicações sociais, políticas, econômicas e éticas dos saberes científicos, principalmente biológicos.

A cada dia surgem tipos de critério com novos desdobramentos no campo da bioética e, sobretudo, vários tipos de leitura, com visões diferentes da humanidade, marcando o rosto da bioética a partir de várias tendências.

Durante os últimos cem anos, a ciência e a medicina protagonizaram uma corrida fenomenal com experimentos e pesquisa envolvendo seres humanos, para o que utilizou procedimentos arriscados. Uma história longa e perversa.

Dado este avanço, torna-se urgente a capacitação dos envolvidos neste processo, no sentido de que ajam com o máximo de competência, com base na ética e no compromisso com a construção de seres humanos éticos, críticos, autônomos e comprometidos em salvar e preservar vidas, com fundamento na responsabilidade em relação ao futuro e à permanência da identidade e da dignidade humana.

DESENVOLVIMENTO

1 – O QUE É ÉTICA

As normas sociais são os meios pelos quais os valores morais de uma sociedade são expressos e adquirem um caráter normativo, isto é, obrigatório.

Quando todos aceitam os costumes e os valores morais estabelecidos na sociedade não há necessidade de muita discussão sobre eles; mas ao surgirem questionamentos sobre a validade de determinados valores ou costumes, advém a necessidade de fundamentar teoricamente esses valores vividos de forma prática; e, para aqueles que não concordam, a de criticá-los. (Sung; Silva, 1995: 12 13,14).

O termo “moral” vem do latim, “mos” ou “mores”, que significa costume, no sentido de normas ou regras adquiridas por hábitos de uma determinada sociedade que os considera como critérios válidos para a orientação do agir de seus membros. Destarte, o agir humano, do ponto de vista moral, é fundado em valores. Os valores são entendidos como aquilo que é bom, útil,

positivo, e que deve ser realizado.

A Moral é o objetivo da Ética; porém não se pode confundir Ética com Moral. O termo ética vem do grego, “ethos” que significa analogamente *modo de ser* ou caráter que expressa a forma de vida adquirida ou conquistada pelo homem ou mulher dentro de seu contexto social.

O significado etimológico de moral e ética aqui apresentado não alcança seu sentido atual, mas nos fornece a noção clara de que o comportamento moral é algo adquirido, ou seja, socialmente produzido. O modo de agir humano é o modo de expressar sua conduta: a conduta que assume diante de problemas práticos do dia-a-dia, onde tem que escolher entre o sim e o não, o agora, o mais-tarde ou o nunca, ajudar ou não ajudar alguém, falar ou não falar a verdade, enfim, escolher como resolver problemas ou ainda, escolher não resolvê-los. As decisões tomadas, ou mesmo a escolha por não decidir, estão fundamentadas em valores e na moral. Classificamos as posturas diante do conjunto de situações apresentadas como comportamento prático-moral. Quando se reflete com profundidade esse julgar, avaliar e decidir, dá-se a passagem do plano da prática moral para o plano da teoria moral. Esta é a passagem da Moral Efetiva para a Moral Reflexa. A Moral Reflexa é o terreno do pensamento filosófico onde se engendram reflexões profundas e criteriosas, configuradas em problemas teórico-morais ou éticos. A Ética é, portanto, a moral refletida.

O comportamento humano apresenta-se como um fato e cabe à Ética explicá-lo, como o objeto de reflexão. É importante ter clareza de que não cabe à Ética formar juízo de valor sobre a prática moral dos homens e mulheres e da sociedade de épocas diversas, inclusive da atualidade, em nome de uma moral absoluta e universal. É papel da ética explicar a razão de ser da pluralidade e das mudanças de moral. É sabido pela história que houve práticas morais muito diferentes e até opostas em diferentes sociedades, inclusive na mesma, em tempos e lugares diversos. (Silva, 2005:5).

2 – A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA PARA A SOCIEDADE

Conhecer alguns pontos fundamentais sobre a ética não é apenas uma questão acadêmica ou restrita a alguns setores da sociedade; é também uma necessidade para a convivência social. O ato de se fazer a pergunta: “O que devo fazer?” mostra que os seres humanos não nascem geneticamente pré-pro-



gramados. O fato de não sabermos como agir numa determinada situação nos mostra que, diferentemente de outros animais, os seres humanos não reagem instintivamente aos questionamentos. Por isso é que cada um, ou cada grupo social, cria respostas e soluções diferentes para perguntas e problemas semelhantes.

O ser humano deve, destarte, construir ou conquistar o seu ser. O grande desafio de nossas vidas é este processo de construção do nosso ser.

O fato de sermos livres, mesmo que não o sejamos de uma forma absoluta, levanta o problema da responsabilidade. A forma como organizamos, o sentido que damos à nossa existência e o modo como solucionamos os problemas que surgem na relação com outras pessoas e com a natureza são de nossa responsabilidade. Devemos ser responsáveis pelas conseqüências das nossas ações e atitudes, pois delas dependem a convivência humana e a auto-realização de cada um como ser humano.

Quando assumimos a nossa condição humana – com necessidades e liberdade, limites e potencialidades - buscamos realizar o nosso ser, tornamo-nos responsáveis não somente pelas intenções das nossas ações, mas também pelas suas conseqüências.

Se não houvesse o conflito entre o interesse pessoal e o coletivo as pessoas não se perguntariam sobre o que devem ou não fazer em relação a determinada pessoa ou situação. (Sung; Silva, 1995:14, 15,16)

É significativo o texto de De Lideral (2002, p. 81, 82) analisando os recentes avanços da ciência e da tecnologia e as transformações sociais resultantes destas conquistas. O impacto das inovações científicas tem sido objeto de debate tanto pelo seu potencial de danos como pelas suas implicações ético-sociais. Tais debates incluem a dificuldade em criar um mundo sem exploração, sem opressão, que tenha como pré-requisitos a garantia de direitos humanos e a defesa da dignidade humana, sendo inevitável questionarmos se avançamos em direção ao futuro.

Toda a sociedade deve estabelecer limites para a atividade científica. Que desafios enfrentamos? Enfim, o mundo será melhor ou pior?

O balanço do final do século XX revela uma grande frustração com relação às expectativas futuras e acena com uma constrangedora pauta de pendências a serem encaradas (Bursztyn, 2001: 9,10 *Apud* De Lideral).

Esta reflexão mostra como é interessante a comparação que faz o autor acerca das visões do futuro em dois momentos históricos, isto é, o final do século XIX e o final do século XX, tal como se observa na tabela abaixo:

	Fim do século XIX	Fim do século XX
Expectativa geral para o futuro	Otimismo	Pessimismo
Papel da ciência e da tecnologia	Forte crença na capacidade de resolução de problemas	Desencanto e consciência da necessidade de precaução
Condição de vida	Perspectiva de bem-estar	Um mal-estar pelo agravamento de carências
Instância reguladora	Crescentemente o Estado	Crescentemente o Mercado
Relação entre os povos	Paz	Guerras
Relação entre grupos sociais	Maior igualdade	Maior desigualdade
Economia	Forte crescimento	Crescimento lento ou estagnação
Progresso	Promotor de riqueza	Causador de impactos ambientais e desigualdades sociais
Mundo	Interdependência (mercados) e complementaridade	Globalização e exclusão de regiões "desnecessárias"

Percebe-se que o pessimismo geral em relação ao futuro guarda estreita relação com o crescente grau de consciência de que a busca do progresso, que se anunciava como vetor da construção de uma utopia de bem-estar e felicidade, revelou-se como ameaça. Nesse sentido, os "recados" (desafios) que o século XX deixa para o seguinte, em termos de papel da ciência e da tecnologia, constituem um apelo para mudança de conduta. Estas passam pela consciência das possibilidades reais de que a humanidade pode se autodestruir: da finitude dos recursos naturais; da cautela e consideração dos aspectos éticos da produção de conhecimento científico; da solidariedade, principalmente em relação às gerações futuras e até da consciência de que, à medida que nossas sociedades vão ficando complexas, é preciso mais ação reguladora, ou por parte do Estado ou por contratualização dos atores sociais através de códigos de conduta ou sistemas de verificação (Bursztyn, 2001 *apud* De Lideral).

Neste ponto é fundamental o papel da educação, de capacitar os futuros cidadãos a terem uma participação ativa e significativa no processo democrático de tomada de decisão e compreenderem as interações entre ciência, tecnologia e sociedade.



2.1 – ÉTICA E ATUALIDADE

O ser humano é um ser existencial que se constrói ao longo dos anos num processo de relação com os outros, com o mundo e com Deus, explicitando, assim, suas potencialidades. Somos, portanto, de um existir temporal, relacional e potencial, ao invés de sermos uma essência inteiramente definida e consolidada desde o momento da concepção.

A temporalização do conceito de pessoa implica a história da ética.

Primeiramente, é muito difícil defender uma teoria ética que parta de princípios fixos e válidos para todos em todos os tempos. Sendo a ética de efeito histórico, por ligar-se necessariamente a temporariedade da existência humana, é flexível e se adapta às situações reais da vida (ética fenomenológica). Ela se concentra na idéia de um estilo de vida, um rumo, um horizonte ético que a pessoa traça para si. O horizonte é uma referência, situada lá adiante, a qual nunca se alcança. Assim é a ética: nunca chegamos a alcançar a meta, o rumo traçado. Nem há um caminho aplainado para chegar lá: em cada situação há que inventar, descobrir, criar o caminho. Os grandes tratados de ética, desde os gregos até hoje, traçaram o horizonte ético, que pode ser concentrado em três referências conjugadas: justiça, solidariedade e paz. São as virtudes das pessoas e das estruturas sociais. Cada época tem seu estilo de fazer justiça, criar solidariedade e promover a paz. Por isso a ética é inventiva e criativa. Não são os princípios que garantem o bom caminho, mas o horizonte ético.

O segundo ponto forte da ética da existência temporal do homem é que ela já não se restringe ao agir humano. Quase todos os tratados de ética do Ocidente, de Aristóteles a Kant, abordaram o comportamento humano. Hoje o horizonte alargou-se por conta dos fatos tecnocientíficos, biogenéticos e ecológicos. Se tomarmos a vida humana como ponto capital da ética, imediatamente sentiremos que não é possível ordenar a nossa própria vida sem pensar eticamente nas outras formas de vida, animal e vegetal. Somos companheiros do mesmo pequeno barco - o planeta terra. Para continuar a viver, o homem precisa que sobrevivam também os seus companheiros. Esta é a lição que estamos apenas aprendendo, ante a acelerada modificação do meio ambiente.

Esta consideração nos leva ao nosso terceiro ponto de abordagem: a ética da solidariedade antropocósmica. Para que haja

convivência de todas as formas de vida é preciso que ciência e a ética se reconciliem, superando as mútuas desconfianças e rejeições. Por séculos, desde Galileu, a ética e a religião quiseram decidir o que o cientista podia fazer e dizer. A ciência, por sua vez, proclamou sua autonomia e se deu um critério de honestidade que consiste em obedecer aos métodos de pesquisa, apresentar os resultados à comunidade científica, excluídas as interferências metafísicas, éticas, políticas ou religiosas.

Hoje entendemos que esta situação de conflito não pode continuar se quisermos continuar a viver. Cientistas e filósofos renomados já colaboram para a reconciliação entre o saber tecnocientífico e o saber simbólico da filosofia e da ética. Nem a ciência, nem a filosofia têm capacidade de definir todo o horizonte do saber.

Devemos agir em conjunto, com proveito para o progresso da vida sobre a terra, preservando toda espécie de vida e a sacralidade do homem.

O quarto ponto a observar é a autonomia apenas relativa do saber científico. A ciência não é uma deusa onipotente, a cuja chegada tudo se modifica, tudo se transforma sob o olhar onipotente dos seres humanos. A ciência é um produto do gênio humano, que poderá dispor dela ou não, segundo sua vontade. Seu produto científico passa pelo juízo da comunidade científica e sociopolítica. É a cidadania, através de leis apropriadas, que decide se usa ou não um produto que o cientista, com absoluta liberdade de pesquisa, produziu em seu laboratório.

Portanto, é inútil proibir a pesquisa científica; ela será feita inevitavelmente, e impedi-la seria tolher a liberdade e o direito à pesquisa.

Na pesquisa científica corremos o perigo da manipulação por empresas que financiam a pesquisa de ponta com o fim exclusivo de lucro abundante, graças ao patenteamento das descobertas. Neste caso, o cientista passa a ser escravo das intenções imediatistas dos financiadores de projetos gigantescos, como o mapeamento do genoma humano: aqui a empresa e os pesquisadores perdem o horizonte ético da ciência como serviço à humanidade.

Finalmente o quinto e último ponto, talvez o mais importante, refere-se à bioética como subárea da filosofia. Diz-se que a bioética tirou a filosofia e a ética da mediocridade. E isto, em larga parte, é verdade se considerarmos que a bioética inaugurou um novo lugar de observação ético-filosófico, o laboratório de pesquisa genética e biomédica. Abrindo horizontes, antes de





tudo, a bioética não é simplesmente uma “ética aplicada” a um capítulo do saber científico. A bioética é filosofia, é ética filosófica intimamente ligada a uma tradição milenar, o que significa que não é possível ser competente em bioética sem conhecer com certa profundidade aquela tradição.

A bioética é, na verdade, a ética filosófica que se especializou em acompanhar o progresso e os problemas éticos da genética, da biomedicina, da biosfera e dos ecossistemas. É importante chamar a atenção e prevenir com a prática de uma bioética ampla, aberta a todas as formas de vida e ao meio ambiente. (Pegoraro, 2002: 12; 13; 14; 15).

2.2 – A CIÊNCIA PRECISA DA ÉTICA

A ciência e a ética têm absoluta necessidade uma da outra. O cientista não pode sempre prever se sua pesquisa trará vantagens ou danos aos seres humanos. É preciso discutir os problemas dos riscos da pesquisa e da experimentação tanto no campo físico (por exemplo, fuga de radiação) quanto no campo biológico (dispersão de microorganismos potencial ou seguramente perigosos), assim como dos impactos que tudo isso pode exercer sobre o ambiente tanto no curto como no longo prazo. No campo biomédico, surge o problema da inevitável experimentação sobre o homem: aqui existem sempre riscos, mas em que medida é possível reduzi-los, quer em quantidade, quer em intensidade? Por fim, seria preciso, sobretudo, discutir os meios usados na pesquisa, especialmente na pesquisa biomédica: pense-se na produção ou uso de embriões destinados a pesquisas incompatíveis com o respeito à vida do ser humano, da espécie humana do próprio cosmo.

É, destarte, praticamente inevitável que a ciência deva constantemente se confrontar com problemas éticos. Na realidade de hoje, não existe pesquisa científica que seja totalmente neutra e que não deva sentir-se parte da busca de significado do homem para si mesmo e para o mundo. A ciência também sempre foi parte essencial do questionamento do homem sobre si mesmo, e hoje o é ainda mais.

Os experimentos com seres humanos em lugares como Auschwitz eram eficientes, sistemáticos, mas incrivelmente cruéis: dos exercícios de cirurgia sem anestesia e infecções maciças, que levavam a gangrenas e amputações até os experimentos martirizantes de alta pressão até o congelamento e açoitamento, que freqüentemente terminavam em morte. Os nazis-

tas, ao lado dos japoneses, levaram a experimentação em seres humanos a um novo nível na história da medicina e ciência. Os poucos que sobreviveram só conseguiram descrevê-lo como a coisa mais próxima do inferno na Terra.

No curso da história os seres humanos, de uma forma ou de outra, sempre usaram sua própria espécie para experimentação.

Embora esporádica, a vivisseção foi praticada pelos antigos gregos e romanos para aumentar seu conhecimento de ciência e medicina. No terceiro século a.C., a vivisseção era praticada em criminosos condenados. Reis persas também permitiam que os médicos realizassem experimentos em criminosos, como também os egípcios. De fato, artigos legais judaicos sobre medicina nazista descrevem os experimentos de Cleópatra para determinar o tempo de formação de um feto masculino em relação ao feminino.

A Idade Média foi tão abundante em tal barbárie que a tortura era uma parte da vida. Prisioneiros hereges e bruxas forneciam um fluxo contínuo de corpos, numa época em que a crueldade fazia parte da vida tanto quanto a doença e a pobreza.

O Renascimento, embora uma era de esclarecimento, teve sua parcela de sofrimento humano. Em seu livro sobre a história da ciência ética, Joanne Zurlo declara que os anatomistas desse período foram às vezes acusados da prática da vivisseção.

A Primeira Guerra Mundial foi um período de transição, marcado por um rápido progresso em tecnologia e um crescente interesse em pesquisa química e bacteriológica.

Depois da Segunda Guerra Mundial o foco dos esforços de pesquisa mudou. Ao desenvolverem-se novas classes de agentes químicos, biológicos e psicoquímicos criou-se uma das maiores operações cooperativas científico-militares da história.

Em nenhuma época da história testemunhamos o progresso em ciência e medicina como presenciamos neste último século. Tanto na iniciativa privada como no âmbito dos governos, ocorreu uma explosão na tecnologia e informação indubitavelmente sem precedentes. Aprendemos mais, descobrimos e inventamos mais nos últimos 50 anos que em todos os anos desde o início da humanidade. Mas tal progresso trouxe um preço terrível. Em muitos casos, vidas foram exploradas para o avanço do progresso médico e científico ou sacrificadas num esforço diligente para preservar o modo de vida da cultura dominante. Há, portanto uma necessidade de vigilância e consciência crítica (Golizsek, 2004: XI, XII, XIII, XIV)





3 – ORIGEM DO TERMO “BIOÉTICA”

O século XX foi marcado por três grandes megaprojetos. O primeiro foi o *Projeto Manhattan*, que resultou na descoberta e utilização da energia nuclear, na criação da bomba atômica e na decisão política de explodir Hiroshima e Nagasaki.

O segundo foi o *Projeto Apollo*, que levou o homem à Lua. O terceiro e o mais recente é o *Projeto Genoma Humano*, iniciado oficialmente em 1990. O objetivo de tal projeto consiste em mapear e seqüenciar todos os genes humanos. Na realidade, ele tem suas raízes na descoberta, por Watson e Crick em 1953, da molécula de DNA, a “molécula-vida”. É provável que o fio condutor da economia do século XXI será a energia genética, com todo o conhecimento que virá.

Se por um lado o conhecimento sobre o genoma humano propiciará uma redução do sofrimento humano, com esperança de cura de várias doenças, por outro, poderá gerar perplexidade e inquietações, pelas possibilidades de novas formas de discriminação. Por exemplo, a predisposição para determinadas doenças obtidas por testes genéticos poderá se tornar uma exigência em seleções para emprego ou para aprovação de seguros de saúde e de vida. (De Lideral, 2002:84).

Não há um consenso sobre o marco oficial do nascimento da bioética; no entanto, é relevante mencionar que em setembro de 1962, na Universidade de Washington, Seattle, durante uma conferência, debateu-se o “nascimento da bioética”, ocasião na qual estavam presentes muitos pioneiros da nova ética médica. O ano de 1962 foi apontado como o ano de nascimento da bioética. Foi publicado um artigo na revista *Life* intitulado “Eles decidem quem vive e quem morre”, o qual mencionava a história de um comitê em Seattle cujo objetivo era selecionar pacientes para o programa de hemodiálise recentemente aberto na cidade. A demanda dos pacientes era maior que a capacidade de atendimento. A solução foi consultar um pequeno grupo, na maioria de profissionais não-médicos, sobre quais pacientes receberiam a tecnologia “salvadora de vidas”. Dessa forma, o comitê defrontou-se com a tarefa de determinar critérios em questões não-médicas. Este fato, para muitos, marcou o nascimento da bioética. Para outros, principalmente os europeus, o código de Nuremberg, em 1947, fruto do tribunal reunido para julgar os excessos cometidos em pesquisas com seres humanos durante as grandes guerras, já marcaria o nascimento da bioética.

O termo bioética ganhou maior expressão após a edição do

livro *Bioethics: bridge to the future*, escrito pelo biólogo e oncológico Van Rensselaer Potter, da Universidade Wisconsin, Madison, EUA, em junho de 1971, conquanto o seu conceito de bioética tenha tido uma conotação peculiar.

Potter usou a palavra bioética num sentido evolutivo muito distante do significado que ela tem hoje, com o resultado de que o uso do termo foi marginalizado. Potter explicou seu interesse nos conflitos entre ordem e desordem no mundo afetado pelas ciências biológicas (Reich, W.T. apud De Lideral: 86).

A bioética nasceu do desenvolvimento da ciência médica e, de modo mais amplo, da rápida evolução da pesquisa científica em todos os campos. Essa evolução é constante, multiplicando-se os problemas da bioética. Até a década de 1970 não existia um âmbito da ética filosófica especificamente dedicado aos problemas colocados pela medicina e, ainda hoje, nas faculdades de medicina, os problemas éticos são estudados apenas como um conjunto de regras, deveres e conduta médica e de problemas jurídicos. Assim, somente três princípios básicos são reservados: 1º não prejudicar o paciente; 2º cuidar dele usando os melhores conhecimentos da situação atual da arte médica; 3º seguir as convenções comuns no relacionamento com os colegas médicos. Note-se que não se trata de deveres “morais”: é questão de deveres estabelecidos pela classe médica para todos os seus membros, cuja negligência não implica culpa moral, mas uma sanção ou o cancelamento do livro da ordem dos médicos.

O rápido desenvolvimento da pesquisa científica, não somente médica, mas também bioquímica, genética, tecnológica etc, criou possibilidades totalmente novas e anteriormente impensáveis. Isso produziu em tempo recorde algumas conseqüências que a reflexão ética não pode ignorar. (Chiavacci, 2004: 9,10).

3.1– O QUE É BIOÉTICA

Alguns autores (*Apud* Pessini; Barchifontaine, 1996: 30, 31, 34, 37) tratam a Bioética como uma forma nova de reflexão, de um novo perfil de pesquisa, em evolução acelerada, em processo constante de descobertas e novos métodos em aprofundamento contínuo, com novos e inesperados problemas.

A *Encyclopedia of Bioethics*, na sua introdução, define bioética como: “Estudo sistemático da conduta humana no campo das ciências biológicas e da atenção da saúde, na medida que esta conduta seja examinada à luz de valores e de princípios



morais. (...)”.

A bioética abrange a ética médica, porém não se limita a ela. A ética médica, em sentido tradicional, trata dos problemas relacionados a valores, os quais surgem da relação entre médico e paciente. A bioética constitui um conceito mais amplo, com quatro aspectos importantes:

- 1 - Compreende os problemas relacionados a valores que surgem em todas as profissões de saúde, inclusive nas profissões “afins” e nas vinculadas à saúde mental.
- 2 - Aplica-se às investigações biomédicas e às do comportamento, independentemente de influírem ou não de forma direta na terapêutica.
- 3 - Aborda uma ampla gama de questões sociais, como as que se relacionam com a saúde ocupacional e internacional e com a ética do controle da natalidade, entre outras.
- 4 - Vai além da vida e da saúde humanas, enquanto compreende questões relativas à vida dos animais e das plantas, por exemplo, no que concerne às experimentações com animais e a demandas ambientais conflitivas.

Podemos afirmar que a bioética, em resumo, trata da vida da natureza, da flora, da fauna e da vida humana, à luz dos valores humanos aceitos em uma sociedade democrática pluralista, secular e conflitiva.

A bioética não é só interdisciplinar, mas também intercultural. Ou seja, leva em conta as diferentes culturas, com seus diversos valores, e os respeita, certa da riqueza que os acompanha. Tem ainda o objetivo de definir o conteúdo das políticas em nível nacional e internacional que levam em conta os direitos e o bem-estar individual, harmonizando-os com as exigências do bem comum das gerações presentes e futuras.

Para Pegoraro, (2002: 75,76), Bioética é a disciplina que se formou em torno de pesquisas, práticas e teorias que visam interpretar os problemas levantados pelo biotecnocídio e pela biomedicina. Por isso, a bioética é necessariamente interdisciplinar e de “identidade instável” (*apud* Hottois, 1995:49), pois não é uma filosofia global nem uma ética geral, e muito menos uma ciência. Ela se situa na confluência do saber tecnocientífico, especialmente biológico, com as ciências humanas, como a sociologia, a política, a ética e a teologia.

Sendo de uma identidade instável, a bioética tem a importante característica de situar-se “no espaço aberto” de uma sociedade pluralista, onde se confrontam concepções diferentes e até

irredutíveis umas às outras, onde se fala linguagem conflitante sobre um mesmo assunto, como, por exemplo, a concepção *in vitro*: um é o discurso do geneticista, outro é do psicanalista e diferentemente dos dois falam o sociólogo e o teólogo (*apud* Hottois, 1995:51).

Tudo isto constitui a singularidade ou originalidade da bioética como interação dos saberes, e será tanto mais criativa quanto mais praticada no espaço público das sociedades pluralistas, onde os problemas éticos são discutidos pela tecnociências, pelas crenças religiosas e concepções filosóficas que, coexistindo pacificamente, debatem o sentido ético da vida e da morte.

Neste amplo espaço, é fundamental que a bioética mantenha sua identidade filosófica quando discute pressuposto ético, esclarece conceitos e valores e toma decisões sobre situações concretas, como se pronunciar pró ou contra o congelamento de embriões excedentes. Caso a bioética se afaste desta posição, poderá tornar-se casuística, pragmática, sem raízes éticas, guiando-se apenas por uma espécie de jurisprudência que toma decisões semelhantes em casos semelhantes. Isto não significa que a bioética deva distanciar-se das situações cotidianas; mas se ela abandonar o juízo ético-prático sobre casos concretos suscitados pela tecnociência, perde-se em abstrações e concepções universais, sem força para decidir eticamente sobre os problemas da biomedicina.

É interessante como Durant (1995: 21, 22, 23, 24) nos mostra as múltiplas definições da bioética, cada uma revelando um aspecto.

Contudo, poucas definições são universais. Elas são muito parciais ou muito generalizadas, vão muito longe ou são muito acanhadas. Não se encontra um bom termo para definir aquilo que realmente ela significa.

Em primeiro lugar pode-se ver a bioética como uma parte da ética que é relativa aos problemas colocados pelo progresso das ciências biomédicas, problemas novos ou novas considerações de antigos problemas.

A bioética é a pesquisa ética aplicada às questões colocadas pelo progresso biomédico.

Esta definição é correta desde que se tenha em mente que a ética não se limita a uma perspectiva individual (decisão pessoal, diálogo interpessoal), mas se preocupa também com o social e com o comunitário (estruturas sociais para instaurar, legislação para desejar, opções sociais). Daí toda a densidade que se deve reconhecer na seguinte definição, inspirada por David



Roy (*apud* Durant, 1995:22):

A Bioética é o estudo interdisciplinar do conjunto das condições exigidas por uma administração responsável da vida humana (ou da pessoa humana), tendo em vista os progressos rápidos e complexos do saber e das tecnologias biomédicas.

Nessa ótica, pressupõe-se que a bioética implique em conflitos, oposições e, eventualmente, em limitações da liberdade. Quer seja consciente quer não, a bioética constitui, então, um espaço político onde a sociedade é desafiada por seu próprio futuro. Seu terreno é minado de lutas pelo poder.

É quase impossível se falar de moral ou de ética sem falar de valores, por isso mesmo a bioética freqüentemente se envolve com “conflitos de valores”; valores múltiplos que um mesmo indivíduo usaria em uma situação, valores diversos e opostos que poderiam privilegiar os múltiplos elementos implicados numa mesma situação. Assim sendo, pode-se propor a seguinte definição:

A bioética é a pesquisa de soluções para os conflitos de valores no mundo da intervenção biomédica (*apud* Durant, 1995:22).

Apesar de algumas dúvidas, as três definições precedentes têm verdadeiramente muita coisa em comum. Uma análise mais profunda, entretanto aponta as divergências, entre as definições precedentes que, com efeito, guardam na realidade significados e concepções muito distintos.

1. Alguns, com efeito, vêem a bioética como uma simples espécie de reflexão e de pesquisa interdisciplinar sobre os objetivos do progresso técnico-médico. A bioética não pretenderia senão trabalhos conjuntos, por exemplo: grupos de estudos, congressos de especialistas em diversas áreas. A bioética significaria uma espécie de preocupação comum, cada um, entretanto, sendo livre em suas decisões e em suas escolhas.
2. Alguns, indo mais longe, vêem na bioética um método de análise. A bioética propõe colocar em destaque os parâmetros da análise de casos complexos, de processos de tomada de decisão, nas situações onde muitos elementos estão implicados. Ela seria centrada sobre as análises de casos e à solução de dilemas morais, principalmente na análise “de custos e benefícios”.
3. Não obstante, levando-se em consideração que a bioética é uma parte da ética, ou uma forma ética, dever-se-ia acrescentar que ela é também uma pesquisa

normativa. Ela se propõe a orientar a ação, dirigir o exercício das liberdades dos cidadãos, influenciar as escolas sociais. Mas aqui se encontra ainda uma dupla tendência que solicita esclarecimento.

a) A primeira, que poderia chamar-se “pragmática”, é dominada pela questão do consenso. Os partidários desta tendência afirmam que, em um mundo pluralista, o consenso sobre algumas questões delicadas (natureza do feto, moralidade da eutanásia ativa) é impossível. Eles colocaram sua atenção sobre a pesquisa de trabalhos práticos, operacionais. A pesquisa de um consenso aberto para regras do jogo permitindo diversas opções éticas, sem maltratar muito a consciência. Esta tendência visa, então, a uma espécie de ética minimalista, colocando condições com as quais um grande número de pessoas não estaria de acordo. A definição, do jurista Pierre Deschamps parece ser representativa desta corrente: *A bioética é a ciência normativa do comportamento humano aceitável no domínio da vida e da morte.*

A palavra “aceitável” nesta definição atenua a distinção entre ética e direito, além de suavizar as diferenças ideológicas entre os cidadãos, e convida a uma concentração no problema social.

b) A segunda corrente, que poderia chamar-se idealista, coloca em relevo a perspectiva ética da palavra e da reflexão. Os partidários desta corrente insistem mais que os anteriores sobre diversas dimensões éticas (pesquisa pessoal aprofundada, análise dos princípios, dos valores e dos postulados fundamentais; esforço de sistematização e coerência), permitindo-se o abandono de regras muito exigentes e a discussão de divergências profundas e deixando-se para um segundo momento os compromissos sociais e legais. Esta tendência não é explícita e pode ser definida pelo filósofo belga François Malherbe: *A bioética é o estudo de normas que devem reger nossa ação no domínio da interseção técnica do homem sobre sua própria vida.*

Caso se quisesse precisar ainda mais esta definição seria necessário relacionar os princípios básicos ou valores fundamentais que estão em jogo. Precisé-la implicaria, além disso, o respeito concreto e a proteção às pessoas, suas liberdades, suas inviolabilidades e qualidade de vida. Incluiria também o respeito e a promoção da vida humana, a médio e longo prazo. A escolha feita por uma pessoa, se ela não estiver esclarecida, pode acarretar sua degradação. Daí a definição seguinte, que coloca o aspecto objetivo



e estrutural da pessoa humana: *A bioética significa a pesquisa do conjunto das exigências do respeito e da promoção da vida humana e da pessoa no setor biomédico.* Uma visão assim exigente da bioética pode parecer romântica. Está longe do senso comum. Não obstante, ela tem sua procedência e sua necessidade (Durant, 1995: 21, 22, 23, 24, 25).

3.2 – PRINCÍPIOS BIOÉTICOS

Certos princípios da bioética situam-se na reflexão ética norte-americana principalista, voltada para a preocupação pública com o controle social da pesquisa em seres humanos. Três casos notáveis mobilizaram a opinião pública norte-americana e suscitaram uma discussão em torno da necessidade de regulamentação ética. O primeiro ocorreu em 1963, no Hospital Israelita de Doenças Crônicas de Nova York, quando foram injetadas células cancerosas vivas em doentes idosos. O segundo ocorreu entre 1950 e 1970, no hospital estadual de Willowbrook, Nova York, período em que o vírus de uma forma de hepatite foi injetado em crianças com retardamento mental. O terceiro caso teve lugar em Tukegee, no estado da Alabama, onde, de 1940 a 1972, quatrocentos negros sífilíticos foram deixados sem tratamento para pesquisar a história natural da doença. A pesquisa continuou até 1972, apesar da descoberta da penicilina em 1945. O governo norte-americano, em 1996, pediu desculpas públicas àquela comunidade negra pelo que foi feito.

Em função dos escândalos relatados, em 1974 foi criada a Comissão Nacional para a proteção dos seres humanos da pesquisa biomédica e comportamental (National Commission for the Protection of Human), com o intuito de “levar a cabo” uma pesquisa e um estudo completo que identificassem os princípios éticos básicos que deveriam nortear a experimentação em seres humanos nas ciências do comportamento e na biomedicina. Essa comissão demorou quatro anos para publicar o que passou a ser conhecido como Relatório Belmont, que identifica três princípios fundamentais norteadores da bioética: *autonomia*, *beneficência* e *justiça*, conhecidos como o “tripé” da bioética ou “trindade bioética” (Barchifontaine; Pessini, 2000:44 apud De Lideiral,2002:88).

O princípio da *autonomia*, ou respeito à pessoa, incorpora pelo menos duas preocupações básicas: a primeira

delas é que as pessoas devem ser tratadas com autonomia e a outra se refere às pessoas cuja autonomia está diminuída e que devem ser protegidas. Pessoa autônoma, de acordo com o Relatório, é o indivíduo capaz de deliberar e agir sob orientação dessa deliberação. A autonomia é entendida como a capacidade de atuar com conhecimento de causa e sem coação externa. Para a comissão, o conceito de autonomia não é o kantiano, o homem como ser autolegisador, mas outro, muito mais empírico, segundo o qual uma ação se torna autônoma a partir do momento em que o indivíduo toma uma decisão consciente, após ter sido informado das conseqüências.

No princípio da *beneficência*, o Relatório Belmont rechaça claramente a idéia clássica da beneficência como caridade e considera esta uma obrigação. Neste sentido, são formuladas com expressões complementares dos atos da beneficência: não causar dano, maximizar os benefícios e minimizar os possíveis riscos.

É este o princípio em que se baseia e pelo qual se orienta o modelo hipocrático, que não admite escusas enquanto houver seres humanos que sofrem e necessitam de atenção médica e moral. A beneficência requer que os agentes morais, no mínimo, abstenham-se de prejudicar os outros; mas pode também abarcar obrigações de fazer o bem ao próximo e promover o seu bem-estar.

Por *justiça*, o terceiro princípio, entendem os membros da comissão a “imparcialidade na distribuição dos riscos e benefícios “ou que” os iguais devem ser tratados igualmente”. O problema está em saber quem são os iguais. Para os que estão na área de saúde o que se pretende com este princípio é que toda atenção, todo cuidado e todo sistema de saúde sejam justos; ou, em outras palavras, o princípio de justiça é que nos obriga a garantir a distribuição justa, equitativa e universal dos benefícios dos serviços de saúde.

Além destes três princípios da bioética do Relatório Belmont, outros princípios foram acrescentados, sendo também importantes.

Um deles é o princípio da *alteridade*, também usado como fio condutor para a reflexão bioética. Alteridade, ao longo da história, recebeu diferentes sentidos: “o ser outro”, “atitude para com o outro”, “reconhecimento dos outros” enfim, “colocar-se no lugar do outro”. (Gracia, 1990 apud Barchifontaine; Pessini, 1996: 40, 41, 42).



3.3 – CONTEÚDO E AMPLITUDE DA BIOÉTICA

Para Durant, (1995: 26,27), é útil apontar o seu conteúdo e indicar o objetivo da sua ação. Não se pode definir a autoridade do objeto da bioética, tampouco sua amplitude. Uma lista de assuntos tratados, entretanto, ilustra bem o seu campo. Estes temas formam uma espécie de núcleo central:

- eutanásia, obstinação terapêutica, recuperação, verdade aos doentes, direito à morte;
- aborto, diagnóstico pré-natal, aconselhamento genético, eutanásia fetal;
- esterilização dos deficientes, eugenismo;
- experimentação sobre o ser humano, ainda embrião;
- inseminação artificial, fecundação artificial, banco de espermatozoides, bebê de proveta;
- manipulação genética.

Certos autores alargam ainda mais o campo da bioética, nele incluindo outros temas:

- suicídio, estímulo ao suicídio;
- doação de coração, rim etc;
- transexualidade;
- política da saúde.

Outros, por sua vez, não hesitam em agregar assuntos dos mais diversos sobre os quais se imporia a reflexão ética.

- a contracepção;
- o crescimento demográfico e seu controle;
- a pesquisa e o desenvolvimento dos armamentos biológicos e químicos: a guerra;
- a tortura;
- a pena de morte;
- a poluição.

4 – A BIOÉTICA COMO RESPONSABILIDADE PELO FUTURO

Hoje, sobretudo a partir da metade do século XX, o homem sentiu no seu mais profundo ser as transformações tecnológicas que alteram a vida cotidiana. Basta citar a biologia e a informática para imaginar o peso destas conquistas e a conseqüente transformação na vida humana. Elas colocam questões novas e cruciais sobre a estrutura radical e comportamental do ser humano. São dúvidas que emergem diretamente da tecnociência, às quais, entretanto, ela não é capaz de responder, porque

já não são questões técnicas, mas éticas. Por exemplo, continuaremos a transmitir a vida por via natural ou poderemos, livremente, substituir sua transmissão por técnicas de reprodução *in vitro*, barriga de aluguel, clonagem etc.? As técnicas estão disponíveis. Por que usá-las? Por que não usá-las? Ou em que circunstâncias usá-las? Que destino será dado ao lixo atômico? Deve-se conter a produção de energia nuclear? Todos estes são problemas que extrapolam à competência da tecnociência e se tornam problemas éticos globais: “todas estas questões são questões de ética; não visam combater a tecnologia, mas definir a melhor maneira de viver com os outros no ambiente tecnológico” (Kenp *apud* Pegoraro, 2002: 22).

Durant (1995: 78,79) alerta que os progressos da medicina estão ligados à pesquisa e à experimentação. A descoberta de novas técnicas e de novos medicamentos resulta, com frequência, em tentativas de uso inúteis. A experimentação é uma atividade tão velha quanto à humanidade, mas a situação transformou-se atualmente. Por exemplo, ainda no tempo de Claude Bernard, o fundador da medicina experimental moderna (a vi-vessecção, 1865), entregava-se a responsabilidade ética ao pesquisador. Além disso, a pesquisa era considerada como uma atividade privada, particular; o pesquisador trabalhava sozinho, na sua casa ou num pequeno laboratório particular, com poucos recursos e com o desconhecimento público. Atualmente estas condições transformaram-se. A pesquisa tornou-se uma espécie de empreendimento público. O pesquisador trabalha agora em equipe, em laboratórios superorganizados, contando com altos recursos econômicos. Fornecendo os recursos, os governos e os cidadãos querem ter direitos específicos: saber o que se faz, exercendo um certo controle. Além disso, os governos e os cidadãos têm consciência de que os resultados da pesquisa podem tocá-los diretamente. Em um sentido geral, é lícito que eles participem da pesquisa.

A isso acresce que este desejo de controle (direito de vigiar) faz-se mais insistente, à medida que o público é alertado por certos grandes escândalos já mencionados no tópico “Princípios da Bioética”.

Atualmente, na maior parte dos países, a legislação sobre o assunto é muito escassa. Muitos governos criaram comissões de estudo que elaboraram relatórios consideráveis e ricos, mas poucos governos têm legislado sobre o assunto. É, nesta perspectiva, com ausência do consenso social, que a legislação deveria ser internacional. Se fosse assim, tal legislação se-



ria mais eficiente (Durant, 1995:79).

Dentro de alguns anos, quem irá conseguir controlar a introdução de material hereditário semi-sintético para a alteração do processo embrionário humano, se já está difícil nos países do Primeiro Mundo o controle desses experimentos com plantas, fora dos laboratórios, apesar dos esquemas rígidos para licenciamento das experiências com DNA? Nos EUA existe um Comitê Consultivo do DNA recombinante que visa impedir experimentos com DNA recombinante fora dos laboratórios sem que haja solicitação, com 90 dias de antecedência, para obtenção de licença específica. Além disso, existem comitês de biosegurança nas universidades.

Como se vê, estamos saindo da era industrial e entrando na era biotecnológica, que requer a introdução de princípios tecnológicos na reprodução, empregando em material vivo a mesma metodologia utilizada industrialmente em coisas inanimadas. Como na engenharia, projetos e previsibilidade do produto, controle de qualidade.

É a preocupação com a qualidade do produto que faz com que numerosos geneticistas, de todo o mundo, busquem a localização de genes responsáveis por anomalias hereditárias, enquanto outros procuram uma tecnologia para a substituição desses genes. É a preocupação com a qualidade do produto que faz com que a gestante se submeta a investigar se o feto tem ou não alguma anomalia.

A previsibilidade do produto, por sua vez, forçou uma profunda alteração na relação pai e filhos, pois há uma pressão por óvulos perfeitos, espermatozoides perfeitos, embriões perfeitos, fetos perfeitos, crianças perfeitas. O preconceito e a intolerância nazista para com os incapacitados está de volta, pois os que exibem cromossopatias ou hereditopatias são vistos como produto defeituoso que não deveria existir e que poderia ter sido evitado. Como na Alemanha nazista, os cientistas estão organizando as idéias para serem aproveitadas pelos legisladores e divulgadas pela imprensa sem passar por uma discussão pública que permita pôr a nu quem faz os julgamentos e em nome de quem. Estamos sendo empurrados em direção a uma civilização eugênica, preocupada com a tecnologia necessária para a manipulação de nosso genoma, visando ao melhoramento genético, na qual se aceita que não somos mais do que nosso genótipo.

Estamos caminhando para um mundo no qual a sociedade pode ter uma política de reprodução que permitirá eliminar os

que constituem uma “sobrecarga”. Mas quem determinará o que constitui uma “sobrecarga”? Quais os critérios que servirão para estabelecer quais os genes bons e quais os maus? A quem confiaremos a autoridade para decidir o planejamento genético da sociedade humana? Quem estará categorizado a introduzir alteração no genoma humano? Como impedir que toda essa tecnologia da engenharia genética seja usada e manipulada por um sistema ideológico determinado?

Será que o mundo aprendeu alguma coisa após se inteirar das barbáries cometidas na Alemanha nazista, ou elas irão se repetir de modo mais amplo e em proporções mais pavorosas com a aprovação científica? (Pessini; Barchifontaine, 2002: 122; 123)

4.1– PESQUISA E RESPONSABILIDADE

Segundo Ramachadra (2000: 188,189,190), o bom cientista é aquele que faz um mapa científico. O mapa não pode ser confundido com a realidade em si, mas se constitui como um guia para que se possa lidar com a realidade. Existe um mundo real, que o cientista procura entender mediante conceitos, modelos e teorias. Um mapa científico é mais do que algo meramente descritivo. Ele procura obter explicações e previsões de acontecimentos no sentido de que elas nos deixem expectativas razoáveis que se devem ter. Uma teoria científica confiável diz-nos o que é razoável acharmos que vai acontecer numa situação que desconhecemos, tendo como base o que já experimentamos em outras situações. Mas as teorias são sempre falíveis, com falhas e limitadas em sua abrangência. É por isso que a confiança e a humildade juntas constituem a marca de toda boa ciência.

Fazer mapas implica ter responsabilidade moral, no sentido bíblico de que o conhecimento e a responsabilidade andam juntos. O cientista é um produtor do conhecimento; e, assim ele carrega consigo uma responsabilidade moral maior do que outros profissionais. Como é o criador de temíveis potencialidades (para o bem ou para o mal), ele tem que estudar suas possíveis implicações antes que elas se tornem realidades.

Sem esta responsabilidade moral a ciência se torna um instrumento de grande violência nos dias de hoje. Ironicamente, lado a lado com seus grandes benefícios, em nome da ciência, mais violência tem sido infligida nos seres humanos e em outras criaturas vivas. A ciência não é mais buscar a compreen-



são das coisas, com humildade e satisfação diante da criação de Deus: ela liga-se ao poder militar e a enormes interesses econômicos.

Na verdade a ciência hoje submete-se a interesses políticos e ou econômicos.

Richard Bude, citado por Ramaçhandra, ex-professor da Universidade de Stanford, aborta este tema quando escreve: "Muitas das pesquisas científicas de hoje são motivadas por duas simples questões: 1) A pesquisa tem a perspectiva de um resultado financeiro no futuro próximo"? (é a industrialização da ciência); ou 2) "ela propiciará alguma contribuição para o programa militar"? (é a militarização da ciência). Isso quer dizer que as escolhas de tópicos para serem pesquisados e a direção dos esforços das pesquisas tendem a ser mais ou menos diretamente influenciadas pelas necessidades militares, numa proporção desequilibrada em relação às necessidades humanas. Isto representa um desperdício do talento humano e dos recursos naturais da terra.

Somente quando a ciência e a tecnologia são vistas como servas de uma visão humana mais elevada é que elas podem tornar-se verdadeiros instrumentos de libertação.

A ciência, tal como qualquer outra atividade, participa da alienação. Todas as pessoas têm que estar cientes dos contextos sociais, econômicos e políticos.

Ramaçhandra acredita que o empreendimento científico tem que ser guiado pelo amor: amor a Deus e ao próximo. Onde o amor está ausente, a ciência escraviza mais do que liberta. O amor a Deus inclui respeito pela verdade. Ele leva à integridade no trabalho, de forma que a fama, a reputação e a riqueza (quer pessoal quer nacional) não sejam os motivadores da pesquisa. O amor ao próximo significa dar prioridade ao ser humano global em vez da "auto-realização" pessoal. Significa também que às vezes as exigências da compaixão terão que ignorar a curiosidade humana. Assim, certas áreas de investigação têm que estar sob restrições legais, porque elas podem ser facilmente objeto de abusos ou podem diretamente ameaçar a personalidade humana.

A história da ciência tem demonstrado amplamente, e de forma dolorosa, como a curiosidade científica, aos poucos, se transforma em cobiça pelo poder e em exploração dos impotentes. Com o crescimento da participação democrática por todo o mundo, como se espera que aconteça, a curiosidade científica também terá que se sujeitar às normas da sociedade. O claro perigo é que as normas da sociedade se tornem mais e mais distorcidas como a

própria democracia, que com freqüência, é subvertida e distorcida pelo poder de enormes interesses econômicos.

É necessária uma proposta de educação em bioética que seja debatida junto à sociedade e pela própria sociedade. Devem-se estimular debates especialmente com os jovens, num contexto onde há rápidas e profundas transformações, deixando clara a importância do dialogo permanente entre tecnociência e a ética e abrindo-se novas perspectivas...

CONCLUSÃO

As controvérsias sobre o significado das palavras e da natureza da questão ética levam a sociedade a cada vez mais se conscientizar da necessidade de um consenso relativo à urgência de refletir e agir em termos de bioética. Frequentemente, ouve-se dizer que vivemos numa época de imoralidade ou amoralidade.

Sem dúvida o contrário é o verdadeiro: a preocupação ética hoje é onipresente. As comissões de ética crescem por toda a parte. São criados movimentos pela responsabilidade científica. As grandes organizações internacionais consagram bons espaços às questões éticas; mas sabemos que ainda é muito pequena a conscientização da grande maioria da população sobre bioética e suas conseqüências na dignidade e sacralidade da vida humana.

Apesar desta realidade observamos que a preocupação ética não se materializa em ações concretas de controle ético.

As notícias veiculadas pela mídia trazem novas formas de discriminação, escravidão, eugenia, o que nos deixa perplexos. Não se trata somente de temer os perigos, mas também de perceber os benefícios e novas esperanças. Não obstante, é bom lembrar que nem tudo o que é científico é eticamente admissível. Surge a urgência e necessidade do conhecimento da bioética para todos.

Nunca a humanidade teve tanta responsabilidade para com seu próprio futuro! Necessitamos de uma ética que ultrapasse os interesses individuais e corporativistas, abrindo perspectiva do futuro de toda a humanidade.

Assim a Bioética interessa a todos, sem restrição de formação científica, profissional, cultural, de credo e de crenças, de condição social ou de sexo, e é responsabilidade de toda a sociedade.

Necessitamos refletir, debater os conhecimentos e progressos da ciência de uma forma crítica, estimulando uma futura prática condizente.

Existem cientistas que depreciam a vida humana, esquecendo-se de que a ciência é fruto da mente humana, que é limitada. As





nossas crenças, tanto na ciência como em outras áreas, têm que ser continuamente revisadas.

Se capacitarmos futuros cidadãos a uma participação ativa e significativa no processo democrático de tomada de decisão, estes compreenderão as interações entre ciência, tecnologia e sociedade. Desta forma uma mudança de visão talvez seja uma das principais razões e desafios que temos que enfrentar. Neste ponto é fundamental o papel da educação e formação de profissionais habilitados.

REFERÊNCIAS

CHIAVACCI, E. **Breves lições de Bioética**. São Paulo: Paulinas, 2004.

DURANT G. **A Bioética natureza, princípios, objetivos**. São Paulo: Paulus. 1995.

DE LIBERAL, M.M.C – **Ética e Cidadania** – São Paulo: Mackenzie, 2002.

FERNÁNDEZ, J. G. **10 palavras-chave em Bioética**. São Paulo: Paulinas, 2000.

GOLISZEK A. **Cobaias humanas: a história secreta do sofrimento provocado em nome da ciência**. Rio de Janeiro: Ediouro. 2004.

PEGORARO, OLINDO A. **Ética e Bioética da subsistência à existência**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.

PESSINI, L; BARCHIFONTAINE, C.P. **Fundamentos da Bioética**. São Paulo: Paulus, 1996.

RAMACHANDRA V. **A falência dos Deuses – A idolatria Moderna e a Missão Cristã**. São Paulo: ABU, 2000.

SILVA, EDNA. **Editorial: proferido no Jornal Mundo Jovem**, Ano XLIII; N°353, fevereiro de 2005.

SUNG, M. J; SILVA: J.C. **Conversando sobre Ética e Sociedade**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2003.

